

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77

NIRE 35.300.143.183

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 2026**

I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 dias do mês de abril de 2026, às 11h00, de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico de participação a distância, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e do artigo 5º, §2º, inciso I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”). Nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução CVM 81, estas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“Assembleias”) da Natura Cosméticos S.A. (“Companhia”) foram consideradas como realizadas na sede social da Companhia, localizada na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

II. CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado no jornal “Valor Econômico”, nas versões impressa e online, nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril de 2026, em cumprimento ao disposto nos artigos 124 e 289 da Lei das S.A.

III. PUBLICAÇÕES LEGAIS: O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o Relatório Anual do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, foram publicados em 16 de março de 2026 no Sistema Empresas.Net, divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e arquivados na sede social da Companhia.

IV. PRESENÇA LEGAL: Presentes a Sra. Ana Beatriz Macedo Costa, Diretora Jurídica, os Srs. Randal Ribeiro Silvestre e Luiz Felipe Neiva Camargo, representantes da Deloitte Touche Tohmatsu Independentes Ltda., e o Sr. Gilberto Mifano, membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, em atendimento ao disposto no §1º do artigo 134 da Lei das S.A. e § 2º do artigo 31-B da Resolução CVM nº 23/2021.

V. QUÓRUM: Presentes acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas (i) 86,18% (oitenta e seis inteiros e dezoito centésimos por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 85,49% (oitenta e cinco inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária, conforme registros do sistema eletrônico de participação a distância, nos termos do artigo 47, inciso III da Resolução CVM 81, e os boletins de voto a distância considerados válidos pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso II, da Resolução CVM 81.

VI. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Moacir Salzstein. Secretário, Sr. Henrique da Silva Gordo Lang.

VII. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (2) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, de Gestão de Risco e de Finanças; e
- (3) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia, referente ao período até a data da assembleia geral ordinária em que os Acionistas deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (1) deliberar sobre a inclusão do novo artigo 27 do Estatuto Social, para instituir o Conselho Consultivo como órgão estatutário de aconselhamento à administração da Natura, sem funções executivas nem poderes de representação da Companhia, tendo por finalidade zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura que caracterizam a essência da Natura, bem como assegurar a perpetuação do legado de seus fundadores, com a consequente renumeração dos artigos subsequentes e referências cruzadas ao longo do Estatuto Social;
- (2) deliberar sobre a alteração do §1º do atual artigo 25 do Estatuto Social, para ajustar a redação das disposições inerentes à presidência do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças;
- (3) deliberar sobre a alteração do artigo 40 do Estatuto Social (novo artigo 41), para esclarecer a abrangência das disposições finais e transitórias relativas à não-aplicação da Seção II do Capítulo IV (OPA por Atingimento de Participação Relevante) a determinadas pessoas;
- (4) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações previstas nos itens 1 a 3 acima, caso aprovadas;
- (5) deliberar sobre a substituição ou reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia com o objetivo de permitir a recomposição do órgão e a unificação dos mandatos para o próximo biênio;
- (6) deliberar sobre a definição do número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato unificado de 2 (dois) anos;
- (7) deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia;
- (8) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e

(9) caso aprovada a alteração do Estatuto Social para criação do Conselho Consultivo, nos termos do item (1) acima, deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Consultivo da Companhia.

VII. LEITURA DOS DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: O mapa de votação sintético consolidado foi colocado à disposição para consulta, não tendo sido requerida a sua leitura. Foi aprovada pela unanimidade dos presentes a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A.

VII. DELIBERAÇÕES: Foram aprovados:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.008.791.139 votos a favor, 43.847 votos contrários e 174.341.811 abstenções, incluindo as abstenções dos legalmente impedidos de votar, as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(2) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.135.885.535 votos a favor, 43.840 votos contrários e 47.247.422 abstenções, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria, de Gestão de Risco e de Finanças. Consignou-se que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 1.785.237.893,52 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos), razão pela qual não há destinação de lucro líquido do exercício. Esse prejuízo foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros, nos termos do artigo 189 da Lei das S.A., com a conseqüente redução do respectivo saldo para R\$ 3.910.680.096,13 (três bilhões, novecentos e dez milhões, seiscentos e oitenta mil e noventa e seis reais e treze centavos) ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

(3) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.087.604.757 votos a favor, 92.003.498 votos contrários e 3.568.542 abstenções, a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia no valor total de até R\$ 65.949.026,97 (sessenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, vinte e seis reais e noventa e sete centavos), incluindo remuneração fixa, variável e baseada em ações, referente ao período até a data da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, considerando o período de maio de 2026 a abril de 2027.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.170.225.905 votos a favor, 44.713 votos contrários e 3.556.884 abstenções, a inclusão do novo artigo 27 do Estatuto Social, para instituir o Conselho Consultivo como órgão estatutário de aconselhamento à administração

da Natura, sem funções executivas nem poderes de representação da Companhia, tendo por finalidade zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura que caracterizam a essência da Natura, bem como assegurar a perpetuação do legado de seus fundadores, com a consequente renumeração dos artigos subsequentes e referências cruzadas ao longo do Estatuto Social, conforme **Anexo I** à presente ata. O novo dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO III. DO CONSELHO CONSULTIVO.

Artigo 27 – O Conselho Consultivo é composto por 3 a 5 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 10 (dez) anos.

Parágrafo 1º – O Conselho Consultivo não possui funções executivas nem poderes de representação da Companhia, e tem por finalidade zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura que caracterizam a essência da Natura e pela perpetuação do legado dos seus fundadores.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Consultivo deverão ter comprovada experiência profissional de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) anos na administração de companhias líderes nos seus setores de atuação, no Brasil e/ou no exterior.

Parágrafo 3º – Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados pelo exercício de suas atribuições.

Parágrafo 4º – Competirá ao Conselho Consultivo: (i) zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura da Natura; (ii) ser um espaço de reflexão ativa sobre a perenização da filosofia empresarial e do legado dos fundadores da Companhia; e (iii) manifestar-se sobre assuntos que possam ter impacto relevante na reputação, na imagem institucional ou nos valores da Natura, emitindo, quando julgar adequado, recomendações não-vinculativas à administração da Companhia.

Parágrafo 5º – Os membros do Conselho Consultivo, quando convidados, participarão de reuniões com administradores e colaboradores da Companhia.

Parágrafo 6º – O Conselho Consultivo poderá aprovar Regimento Interno estipulando regras adicionais referentes à condução de suas reuniões e outras matérias julgadas pertinentes pelos membros do Conselho Consultivo.

Parágrafo 7º – Os membros do Conselho Consultivo deverão exercer as funções que este Estatuto Social e o Regimento Interno lhes atribuírem com observância estrita às normas legais e regulamentares cabíveis, inclusive, no que for aplicável, os deveres impostos aos administradores da Companhia no Capítulo XII, Seção IV, da Lei nº 6.404/76, nos termos de seu artigo 160.”

(2) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 792.808.417 votos a favor, 377.462.208 votos contrários e 3.556.877 abstenções, a alteração do §1º do atual artigo 25 do

Estatuto Social, para ajustar a redação das disposições inerentes à presidência do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será coordenado por um Presidente designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.”

(3) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.170.226.685 votos a favor, 43.940 votos contrários e 3.556.877 abstenções, a alteração do artigo 40 do Estatuto Social (novo artigo 41), para esclarecer a abrangência das disposições finais e transitórias relativas à não-aplicação da Seção II do Capítulo IV (OPA por Atingimento de Participação Relevante) a determinadas pessoas, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 41 - O disposto na Seção II do Capítulo IV deste Estatuto Social não se aplica (i) aos acionistas que já detinham, individualmente ou em conjunto com um ou mais acionistas vinculados por acordo de voto, ações e/ou outros direitos sobre ações representativas de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia quando da obtenção do registro de companhia aberta pela Natura (“Acionistas Originais”), nem (ii) aos (ii.a) sucessores, descendentes, cônjuges, herdeiros, legatários, donatários, usufrutuários ou curadores dos Acionistas Originais (“Cessionários dos Acionistas Originais”) ou (ii.b) às sociedades, aos fundos de investimento, aos trusts ou às entidades fiduciárias similares que sejam controladas, controladoras, estejam sob o controle comum e/ou tenham como beneficiárias finais quaisquer dos Acionistas Originais e/ou dos Cessionários dos Acionistas Originais.”

(4) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.170.226.678 votos a favor, 43.940 votos contrários e 3.556.884 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações aprovadas nos itens (1) a (3) acima, na forma do **Anexo I** à presente ata;

(5) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.134.892.144 votos a favor, 7.044.301 votos contrários e 31.891.057 abstenções, a substituição ou reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de permitir a recomposição do órgão e a unificação dos mandatos para o próximo biênio, tendo em vista a profunda alteração da atual composição do órgão, em razão da saída de 6 (seis) de seus atuais membros, quais sejam, Antonio Luiz da Cunha Seabra, Pedro Luiz Barreiros Passos, Guilherme Peirão Leal, Fábio Colletti Barbosa, Bruno de Araujo Lima Rocha e Gilberto Mifano, cujas renúncias, com eficácia a partir da data destas Assembleias, ficam neste ato consignadas, registrando-se, ainda, o agradecimento da Companhia e dos acionistas aos referidos membros pelos relevantes serviços prestados no exercício de seus cargos;

(6) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.170.230.145 votos a favor, 3.807 votos contrários e 3.593.550 abstenções, a definição de que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 8 (oito) membros, para um novo mandato unificado de 2 (dois) anos;

(7) por maioria dos votos proferidos, o enquadramento dos seguintes candidatos como membros independentes do Conselho de Administração, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução

CVM 80”): **(i) Alessandro Giuseppe Carlucci**, tendo sido computados 1.170.229.045 votos a favor, 44.000 votos contrários e 3.554.457 abstenções; **(ii) Flavia Buarque de Almeida**, tendo sido computados 1.169.366.882 votos a favor, 44.007 votos contrários e 4.416.613 abstenções; **(iii) Gabriela Chaves Schwery Comazzetto**, tendo sido computados 1.169.366.949 votos a favor, 43.940 votos contrários e 4.416.613 abstenções, e **(iv) Maria Eduarda Mascarenhas Kertész**, tendo sido computados 1.169.366.849 votos a favor, 44.000 votos contrários e 4.416.653 abstenções;

(8) por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.069.521.347 votos a favor, 72.104.622 votos contrários e 32.201.533 abstenções, por meio de chapa única, mediante voto majoritário, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027:

(i) Alessandro Giuseppe Carlucci, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 1.742.382-2, inscrito no CPF sob o nº 084.142.238-93, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(ii) Flavia Buarque de Almeida, brasileira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 13.146.760-8 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 149.008.838-59, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(iii) Gabriela Chaves Schwery Comazzetto, brasileira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 286.766.438-14, inscrita no CPF sob o nº 286.766.438-14, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(iv) Guilherme Ruggiero Passos, brasileiro, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 27.607.973-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 219.929.778-01, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(v) João Paulo Brotto Ferreira Gonçalves, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 16.356.342 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 050.269.878-00, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(vi) Luiz Francisco Guerra, brasileiro, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 22.902.209-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 166.478.578-77, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(vii) Maria Eduarda Mascarenhas Kertész, brasileira, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 4.377.401, inscrita no CPF sob o nº

146.986.968-3, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

(viii) Pedro Cruz Villares, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 6.246.271-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 066.535.648-00, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os membros do Conselho de Administração eleitos declaram, individualmente, que preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas no artigo 147 da Lei das S.A. e na Resolução CVM 80 e que estão em condições de firmar termo de posse e prestar as declarações exigidas nos termos do Anexo K à Resolução CVM 80.

Registra-se que, apesar de que acionistas representando mais de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia requereram via Boletins de Voto a Distância a adoção do processo de voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração, tendo em vista que não foram apresentados candidatos ao Conselho de Administração além daqueles indicados pela Administração, a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo formulada por meio do boletim de voto a distância restou sem efeito, nos termos do artigo 34, parágrafo 2º da Resolução CVM 81. Dessa forma, não houve eleição de membros para o Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das S.A.

(9) tendo sido aprovada a alteração do Estatuto Social para criação do Conselho Consultivo, nos termos do item (1) acima, por maioria dos votos proferidos, tendo sido computados 1.163.225.812 votos a favor, 44.920 votos contrários e 10.556.770 abstenções, a eleição dos seguintes membros do Conselho Consultivo, com prazo de mandato de 10 (dez) anos, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2035:

(i) Pedro Luiz Barreiros Passos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 4.700.753 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 672.924.618-91, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(ii) Antônio Luiz da Cunha Seabra, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.524.557-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 332.927.288-0, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(iii) Guilherme Peirão Leal, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 4.105.990-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 383.599.108-63, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

(iv) Fábio Colletti Barbosa, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 5.654.446/7, inscrito no CPF sob o nº 771.733.258-20,

com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

VIII. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo as Assembleias para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela Mesa. A lista dos acionistas presentes consta do **Anexo II**. Nos termos do artigo 47, §§1º e 2º, da Resolução CVM 81, foram considerados presentes às Assembleias e signatários da ata os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

MESA:

Moacir Salzstein
Presidente

Henrique da Silva Gordo Lang
Secretário

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 2026**

Estatuto Social consolidado da Natura Cosméticos S.A.

ESTATUTO SOCIAL DA NATURA COSMÉTICOS S.A.
CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - NATURA COSMÉTICOS S.A. ("Companhia") é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em particular a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, se instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A Companhia poderá instalar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no país por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

(i) a exploração do comércio, da exportação e da importação de produtos de beleza, higiene, toucador, produtos cosméticos, artigos de vestuário, alimentos, complementos nutricionais, medicamentos, inclusive fitoterápicos e homeopáticos, drogas, insumos farmacêuticos e saneantes domissanitários, tanto para uso humano como para uso animal, podendo, para isto, praticar todos os atos e realizar todas as operações relacionadas com seus fins;

(ii) a exploração do comércio, da exportação e da importação de aparelhos elétricos de uso pessoal, joias, bijuterias, artigos para o lar, artigos para bebês e crianças, artigos para cama, mesa e banho, softwares, chip de telefonia, livros, material editorial, produtos de entretenimento, produtos fonográficos, podendo, para isto, praticar todos os atos e realizar todas as operações relacionadas com seus fins;

(iii) a prestação de serviços de qualquer natureza, tais como serviços relacionados a tratamentos estéticos, assessoria mercadológica, cadastro, planejamento e análise de riscos, a prestação de serviços de correspondente bancário; e

(iv) a gestão de participações societárias em sociedades que desenvolvam suas atividades principais no ramo de beleza ou em ramos afins ou complementares ao ramo de beleza, incluindo, mas não se limitando, a casa e moda, na qualidade de sócia ou acionista no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Único - O desenvolvimento das atividades pelas sociedades nas quais a Companhia possua de qualquer forma participação direta ou indiretamente leva em consideração os seguintes fatores: (i) os interesses, de curto e longo prazo, da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos seus colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e demais credores, bem como das comunidades em que a Companhia atue local e globalmente.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), dividido em 1.374.557.657 (um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentas e cinquenta e sete mil, seiscentas e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Único - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Parágrafo 1º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis, assim como o aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra ou subscrição de ações, de acordo com planos ou programas aprovados em Assembleia Geral, a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o saldo do limite do capital autorizado na data do exercício das referidas opções de subscrição de ações, em conjunto com o saldo de ações em tesouraria quando do exercício das opções de compra de ações.

Artigo 7º - Todas as ações da Companhia serão escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Parágrafo Único - O custo de transferência das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Artigo 8º - A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76, ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL E DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada nos termos da lei ou deste Estatuto Social.

Artigo 10 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, excluídos os votos em branco, exceto se de outra forma disposto na legislação aplicável.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral só poderá deliberar assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação.

Parágrafo 2º - Os acionistas somente poderão votar com as ações que estejam registradas em seus nomes na posição acionária de 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral.

Artigo 11 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou em sua ausência ou impedimento, por quem ele indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá até 2 (dois) dos presentes como secretários, para auxiliar na condução dos trabalhos.

Artigo 12 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

(i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;

(ii) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal se instalado;

(iii) aprovar eventuais desdobramentos ou grupamentos de ações;

(iv) aprovar programas de remuneração baseados em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(v) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

(vi) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e

(vii) deliberar sobre a saída da Companhia no Novo Mercado da B3.

Parágrafo Único - O presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - Os administradores, no exercício de suas funções, deverão observar os interesses, de curto e longo prazo, da Companhia, incluindo os interesses e expectativas dos acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e demais credores, das comunidades em que a Companhia atua local e globalmente, bem como os impactos ao meio ambiente.

Artigo 14 - A Assembleia fixará uma verba global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente, observado o disposto neste Estatuto Social.

Artigo 15 - Qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo 1º - No caso de empate na votação de uma matéria em reunião dos órgãos da administração, caberá ao presidente da reunião o voto de qualidade para desempate da deliberação.

Parágrafo 2º - As convocações para as reuniões dos órgãos de administração serão feitas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será dispensada a convocação prévia e considerada regular a reunião em que estiverem presentes todos os seus membros, admitidos, para este fim, os votos proferidos por escrito.

Parágrafo 4º - As reuniões dos órgãos da administração poderão ser realizadas de modo parcial ou exclusivamente digital, por videoconferência, audioconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita:

- (i) registro de presença e dos respectivos votos;
- (ii) a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a reunião e que não tenham sido disponibilizados anteriormente; e
- (iii) a possibilidade de comunicação entre os presentes, sendo facultada a gravação pela Companhia.

Parágrafo 5º - Os membros que participarem das reuniões por intermédio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação nos termos do parágrafo acima, deverão confirmar seu voto por meio de declaração encaminhada a quem estiver presidindo a reunião por carta, fax, correio eletrônico ou outro meio de comunicação que permita a identificação do membro, logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, aquele que estiver presidindo a reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido membro.

Subseção II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 - O Conselho de Administração é composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração será composto em sua maioria por membros externos, ou seja, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a Companhia ou suas controladas ou coligadas. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 1/3 (um terço), deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo também considerado como independente o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador. Quando, em decorrência da observância do percentual referido acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembleia Geral, aqueles que (i) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiverem ou representarem interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - É vedado, na forma do artigo 115, § 1º da Lei nº 6.404/76, o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

Parágrafo 4º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações, ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 17 - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral primeiramente determinará, pelo voto majoritário, o número dos membros do Conselho a serem eleitos pelo voto majoritário ou múltiplo (se solicitado). Tal número poderá ser acrescido em até 1 (um) membro caso (i) seja solicitada a eleição do conselho de administração pelo sistema de voto múltiplo, (ii) ocorra a eleição de 1 (um) membro em separado por acionistas representando 10% do capital social, na forma prevista nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei 6.404/76, e (iii) a eleição de membro adicional seja necessária para garantir ao acionista ou ao grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenha mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Se não tiver sido solicitado, na forma da lei, o processo de voto múltiplo, a Assembleia poderá votar por meio de chapas registradas previamente na mesa, as quais assegurarão aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias da Companhia o direito de indicar um membro. A mesa não poderá aceitar o registro de qualquer chapa em violação ao disposto neste Artigo.

Artigo 18 - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente do Conselho de Administração, o qual será eleito pela maioria de votos de seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após serem empossados, ou sempre que houver vacância ou renúncia do Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - O cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além de suas atribuições legais, as seguintes atribuições:

a) coordenar as atividades do Conselho de Administração, buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o Conselho de Administração e o Diretor-Presidente;

b) revisar e propor as remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente;

c) organizar e coordenar as pautas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia, os calendários de reuniões e Assembleias Gerais da Companhia, convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração da Companhia, assegurar que os conselheiros recebam as informações adequadas para cada reunião, bem como assegurar o adequado funcionamento do órgão; e

d) estabelecer e supervisionar o processo de avaliação do Diretor-Presidente e dos membros do Conselho de Administração, individualmente, e do próprio Conselho de Administração, bem como de seus comitês, como órgãos colegiados e da secretaria de Governança.

Parágrafo 3º - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, um substituto poderá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes para servir até a primeira assembleia geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para os fins deste Parágrafo, ocorrerá a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 4º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá ser substituído em reuniões do referido órgão por outro conselheiro por ele expressamente indicado, hipótese em que seu representante deverá estar munido de procuração com poderes específicos, indicando inclusive o voto a ser proferido nas matérias constantes da ordem do dia de cada reunião. Nesta hipótese, o conselheiro que estiver substituindo o conselheiro ausente, além de seu próprio voto, expressará o voto antecipado do conselheiro ausente.

Artigo 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria de seus membros.

Artigo 20 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

(i) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

(ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(iii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

(iv) atribuir aos Diretores as respectivas funções, observado o disposto neste Estatuto Social;

(v) deliberar a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

(vi) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(vii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(viii) escolher e destituir os auditores independentes;

- (ix) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (x) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sua submissão à Assembleia Geral;
- (xi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução pela Companhia;
- (xii) aprovar a criação e dissolução de subsidiária e a participação direta ou indireta da Companhia no capital social de outras sociedades, no País ou no exterior, bem como a instalação de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no exterior;
- (xiii) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine;
- (xiv) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (xv) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xvi) deliberar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xvii) deliberar a emissão de bônus de subscrição e aprovar aumento de capital mediante capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações, nos termos do Artigo 6º, Parágrafo 1º deste Estatuto Social;
- (xviii) outorgar ações restritas e opções de compra ou subscrição de ações, de acordo com planos ou programas aprovados em Assembleia Geral, a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o saldo do limite do capital autorizado na data de exercício das opções de subscrição de ações, em conjunto com o saldo de ações em tesouraria na data de exercício das opções de compra de ações;
- (xix) estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores, gerentes e empregados da Companhia;
- (xx) deliberar a emissão de debêntures;
- (xxi) aprovar alçadas da Diretoria e suas políticas, bem como quaisquer alterações a elas, as quais incluirão regras para (a) a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível a assunção de compromissos financeiros, (b) a oneração de bens do ativo imobilizado e intangível, (c) a contratação de quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", notas comerciais e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, entre outras regras de alçada, bem como a fiscalização do cumprimento de tal política pelos membros da Diretoria;
- (xxii) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (xxiii) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

(xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações e outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

(xxv) decidir sobre (i) a declaração de dividendos intermediários, nos termos do Artigo 30, § 3º deste Estatuto Social; e (ii) o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio no curso do exercício aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(xxvi) definir a individualização da remuneração global dos administradores aprovada pela Assembleia Geral;

(xxvii) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle da Companhia e consignar se tais transações asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da companhia;

(xxviii) avaliar e divulgar anualmente uma relação dos membros independentes do Conselho de Administração, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência; e

(xxix) deliberar acerca das transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido na política correspondente da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração.

Subseção III

DA DIRETORIA

Artigo 21 - A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Jurídico e os demais, Diretores Executivos Operacionais, com prazo de mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo apenas o cargo de Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório.

Parágrafo 1º - A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 2º - Os Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor-Presidente. Este será, em caso de vacância, substituto provisório, até que o Conselho de Administração eleja seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão.

Parágrafo 3º - É permitida a cumulação de posições pelos Diretores, observado o número mínimo de 2 (dois) membros.

Artigo 22 - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à representação da Companhia e consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, às deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente:

(i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, a cada ano, o plano estratégico, suas revisões anuais e o orçamento geral da Companhia, cuidando das respectivas execuções;

(iii) deliberar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;

(iv) decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo imobilizado e intangível e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir;

(v) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e

(vi) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e suas controladas.

Artigo 23 - Compete aos Diretores, além de exercer as atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, as seguintes atribuições:

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor-Presidente:

(i) gerir os negócios da Companhia, coordenando as atividades dos demais Diretores da Companhia, de forma garantir a execução das deliberações do Conselho de Administração e da própria Diretoria;

(ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;

(iii) fazer recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria da Companhia no que diz respeito à gestão da Companhia;

(iv) supervisionar a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral e execução da estratégia de curto e longo prazo;

(v) propor ao Conselho de Administração a determinação de atribuições aos demais Diretores;

(vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento da Companhia;

(ii) preparar as demonstrações financeiras, gerir a contabilidade e administrar a tesouraria da Companhia em atendimento às determinações legais vigentes;

(iii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(iv) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(v) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência; e

(vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais os órgãos de controle e instituições que atuam no mercado de capitais;
- (ii) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
- (iii) manter atualizado o registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e
- (iv) outras atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor Jurídico:

- (i) aconselhar e assessorar a Companhia com relação a temas de natureza jurídica;
- (ii) defender os interesses da Companhia perante terceiros; e
- (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Compete aos Diretores Executivos Operacionais:

- (i) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social;
- (ii) coordenar as atividades da Companhia e de suas controladas;
- (iii) realizar a gestão orçamentária das áreas da Companhia sob sua responsabilidade, incluindo controle de gestão e de custos;
- (iv) coordenar a atuação de sua área e responsabilidades específicas com a dos demais diretores;
- (v) representar a Companhia perante clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, resguardando os interesses da organização e zelando pela sua imagem; e
- (vi) outras atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subsequentes, a Companhia será sempre representada por 2 (dois) membros da Diretoria, ou ainda 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

Parágrafo 1º - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos seguintes casos:

- (i) quando o ato a ser praticado impuser representação singular ela será representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais;
- (ii) quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS,

FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza e Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e

(iii) no caso da representação da Companhia pelo Diretor de Relações com Investidores perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais os órgãos de controle e instituições que atuam no mercado de capitais.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, agindo isoladamente, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

Parágrafo 4º - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

(i) todas as procurações serão outorgadas conjuntamente por quaisquer 2 (dois) Diretores;

(ii) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; e

(iii) exceto se de outra forma aprovado pelo Conselho de Administração, todas as procurações outorgadas em nome da Companhia deverão ter período limitado de validade, com exceção das procurações para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicium.

Parágrafo 5º - Não terão validade, nem obrigarão a Companhia, os atos praticados em desconformidade ao disposto neste Artigo.

Subseção IV

DO COMITÊ DE AUDITORIA, DE GESTÃO DE RISCOS E DE FINANÇAS

Artigo 25 - O Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças ("Comitê de Auditoria"), órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional e aderente aos requisitos do comitê auditoria estatutário previsto nas normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e no Regulamento do Novo Mercado, deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos, sendo que:

(i) a maioria de seus membros deverá ser independente;

(ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado), a ser nomeado pelo Conselho de Administração;

(iii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e

(iv) o mesmo membro poderá cumular as qualificações descritas nos itens (ii) e (iii) acima.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será coordenado por um Presidente designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 2º - É vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Presidente do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Parágrafo 4º - O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 26 - Compete ao Comitê de Auditoria:

(i) opinar ao Conselho de Administração na escolha e contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente da Companhia, sendo responsável pela definição da remuneração e pela supervisão dos auditores independentes, cabendo-lhe supervisionar as atividades e monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, bem como sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, bem como avaliar o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração;

(ii) aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra auditoria prestados pelo auditor independente;

(iii) supervisionar as atividades da área de elaboração de demonstrações financeiras da Companhia, assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(iv) supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia e assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da qualidade, integridade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, da função de *compliance* e dos mecanismos de controles internos;

(v) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da efetividade do gerenciamento de riscos e avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (a) remuneração da administração; (b) utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(vi) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências, bem como recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;

(vii) assegurar que a Companhia possua meios para recepção de denúncias, incluindo sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, bem como para retenção e tratamento de informações acerca de erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria, controles internos e demonstrações financeiras, bem como do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(viii) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

SEÇÃO III DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 27 – O Conselho Consultivo é composto por 3 a 5 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 10 (dez) anos.

Parágrafo 1º – O Conselho Consultivo não possui funções executivas nem poderes de representação da Companhia, e tem por finalidade zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura que caracterizam a essência da Natura e pela perpetuação do legado dos seus fundadores.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Consultivo deverão ter comprovada experiência profissional de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) anos na administração de companhias líderes nos seus setores de atuação, no Brasil e/ou no exterior.

Parágrafo 3º – Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados pelo exercício de suas atribuições.

Parágrafo 4º – Competirá ao Conselho Consultivo:

- (i) Zelar pela preservação dos propósitos, dos valores e da cultura da Natura;
- (ii) Ser um espaço de reflexão ativa sobre a perenização da filosofia empresarial e do legado dos fundadores da Companhia; e
- (iii) Manifestar-se sobre assuntos que possam ter impacto relevante na reputação, na imagem institucional ou nos valores da Natura, emitindo, quando julgar adequado, recomendações não-vinculativas à administração da Companhia.

Parágrafo 5º – Os membros do Conselho Consultivo, quando convidados, participarão de reuniões com administradores e colaboradores da Companhia.

Parágrafo 6º – O Conselho Consultivo poderá aprovar Regimento Interno estipulando regras adicionais referentes à condução de suas reuniões e outras matérias julgadas pertinentes pelos membros do Conselho Consultivo.

Parágrafo 7º – Os membros do Conselho Consultivo deverão exercer as funções que este Estatuto Social e o Regimento Interno lhes atribuírem com observância estrita às normas legais e regulamentares cabíveis, inclusive, no que for aplicável, os deveres impostos aos administradores da Companhia no Capítulo XII, Seção IV, da Lei nº 6.404/76, nos termos de seu artigo 160.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

SEÇÃO V

DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 29 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração do resultado do exercício;
- (iii) demonstração do resultado abrangente;
- (iv) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (v) demonstração dos fluxos de caixa;
- (vi) demonstração do valor adicionado; e
- (vii) notas explicativas às demonstrações financeiras.

Parágrafo 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na lei.

Artigo 30 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;
- (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- (iii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- (iv) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76; e
- (v) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo 1º - Uma parcela do lucro líquido que não seja distribuída como dividendo obrigatório, tampouco destinada para as reservas descritas nos itens do *caput* deste Artigo 30, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia. O saldo acumulado desta reserva, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar, a reserva de incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 3º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este Artigo. Sempre que for

levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos deste Artigo, poderá ser paga por deliberação do Conselho de Administração, aos administradores, uma participação no lucro semestral, ad referendum da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - A Assembleia pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes ou de lucros acumulados de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este Artigo.

Parágrafo 5º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.

Parágrafo 6º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 7º - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 31 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas instituídas em balanços semestrais ou intermediários, sem prejuízo do disposto no Artigo 6, Parágrafo 1º deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E DA OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

SEÇÃO I

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 32 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

SEÇÃO II

DA OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 33 - Qualquer Acionista Relevante, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º abaixo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Preço OPA} = \text{Valor da Ação}$$

Em que:

'Preço OPA' corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na OPA prevista neste artigo.

'Valor da Ação' corresponde ao maior valor entre: (i) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores na qual as ações da Companhia forem transacionadas; (ii) o preço unitário mais alto pago pelo Acionista Relevante, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; e (iii) o valor equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia (conforme definido no parágrafo 11 abaixo) deduzido do endividamento consolidado líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas representando a maioria do capital social em assembleia geral extraordinária da Companhia especialmente convocada para deliberar a respeito da OPA.

Parágrafo 5º - O Acionista Relevante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º - Na hipótese do Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, se aplicável, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 7º - Qualquer Acionista Relevante, que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo 33.

Parágrafo 8º - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e dos Artigos 32 e 34 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Relevante das obrigações constantes deste Artigo.

Parágrafo 9º - O disposto neste Artigo 33, não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iii) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um

laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo 10 - Para fins do cálculo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 11 - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Acionista Relevante**” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Relevante e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Relevante, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa atue representando o mesmo interesse do Acionista Relevante, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Relevante; (ii) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Relevante; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Relevante; (iv) na qual o controlador de tal Acionista Relevante tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual tal Acionista Relevante tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Relevante.

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas:

(i) de titularidade, direta ou indiretamente, do Acionista Controlador e/ou de pessoas a ele vinculadas; (ii) em tesouraria da Companhia; (iii) detidas por sociedade controlada pela Companhia; e (iv) de titularidade, direta ou indiretamente, dos administradores da Companhia.

“**EBITDA Consolidado Médio da Companhia**” é a média aritmética dos EBITDAs Consolidados da Companhia relativos aos 2 (dois) exercícios sociais completos mais recentes.

“**EBITDA Consolidado da Companhia**” é o lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, conforme obtido com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao encerramento do exercício social mais recente e disponibilizadas ao mercado pela Companhia.

Parágrafo 12 - Caso a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º acima, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Artigo 34 - Qualquer Acionista Relevante que tenha subscrito e/ou adquirido ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do número total de Ações em Circulação da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia e à B3 sua intenção de adquirir outras ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os regulamentos da B3 aplicáveis.

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral

Extraordinária, na qual o Acionista Relevante não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Relevante que não cumpriu com a obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO V

DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 35 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO VI

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 36 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VII

ACORDO DE INDENIDADE

Artigo 37 - Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenizados seus Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia, bem como eventuais outros empregados ou consultores que o Conselho de Administração determinar, (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

Parágrafo 1º - A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404/76 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Parágrafo 2º - Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo 3º - As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 39 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 40 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Parágrafo Único - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie, sob qualquer modalidade, para os acionistas controladores.

Artigo 41 - O disposto na Seção II do Capítulo IV deste Estatuto Social não se aplica (i) aos acionistas que já detinham, individualmente ou em conjunto com um ou mais acionistas vinculados por acordo de voto, ações e/ou outros direitos sobre ações representativas de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia quando da obtenção do registro de companhia aberta pela Natura ("Acionistas Originais"), nem (ii) aos (ii.a) sucessores, descendentes, cônjuges, herdeiros, legatários, donatários, usufrutuários ou curadores dos Acionistas Originais ("Cessionários dos Acionistas Originais") ou (ii.b) às sociedades, aos fundos de investimento, aos trusts ou às entidades fiduciárias similares que sejam controladas, controladoras, estejam sob o controle comum e/ou tenham como beneficiárias finais quaisquer dos Acionistas Originais e/ou dos Cessionários dos Acionistas Originais.

**ANEXO II À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 2026**

LISTA DE ACIONISTAS PRESENTES

Em Assembleia Geral Ordinária:

Acionistas presentes:

LUIZ DANIEL RODRIGUES HAJ MUSSI, MILTON AUGUSTO PAOLIELLO PEREIRA

Representados por Felipe Douglas Gomes:

FIDELITY COMMON CONTRACTUAL FUND II/FIDELITY GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AMUNDI FUNDS, BRIDGE UCITS FUNDS ICAV - HOSKING GLOBAL EQUITY FUND, MEDIOLANUM BEST BRANDS - MEDIOLANUM MULTI ASSET ESG SELECTION

Participantes que votaram por meio de voto a distância:

ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, DYNAMO BRASIL XV LP, DYNAMO COUGAR MASTER FIA, DYNAMO BRASIL I LLC, DYNAMO BRASIL V LLC, DYNAMO BRASIL VI LLC, DYNAMO BRASIL VIII LLC, DYNAMO BRASIL IX LLC, Hossegor Fundo de Investimento em Ações - Responsabilidade Limitada, Paulo Arthur Adoglio Benradt, DYNAMO BRASIL III LLC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, BAILLIE GIFFORD WORLDWIDE F PLC/BAILLIE G W E M L COMP FUND, BAILLIE GIFFORD COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ARGA EMERGING MARKETS ISLAMIC FUND, LP, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST, PZENA EMERGING MARKETS FOCUSED VALUE FUND, PFM MULTI-MANAGER SERIES TRUST - PFM MULTI-MANAGER, ALASKA PERMANENT FUND, AMERICAN AIRLINES INC., MASTER FIXED BENEFIT PENSION TRUST, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, INTERNATIONAL MONETARY FUND, FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO AGUIAR, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, IBM 401 (K) PLUS PLAN, HENRIQUE MARCELO DE SOUSA TEODORO, HARTFORD INTERNATIONAL CAPITAL APPRECIATION FUND, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS EQUITIES FUND, ALEXANDRE PAULA SILVA, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS LEADING COMPANIES FUND, COLONIAL FIRST STATE EMERGING MARKETS FUND 5, DWS EMERGING MARKETS EQUITY FUND AS SERIES OF DEUTSCHE DWS, EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, DUKE POWER CO EMPLOYEE RETIREMENT PLAN, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, BORDER TO COAST

EMERGING MARKETS EQUITY ALPHA FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNA, FABIO D OLIVEIRA CASTANHAS, CITY OF BALTIMORE EM RETIREMENT SYSTEM, FABIO PEREIRA VIEIRA, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND, VENERABLE EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND, MACIEL SOARES DA SILVA, MOERUS GLOBAL VALUE FUND MASTER (CAYMAN) LTD, MERCER QIF FUND PLC, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD ESG EMERGING MARKETS, HOSTPLUS POOLED SUPERANNUATION TRUST, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND, KENTUCKY RETIREMENT SYSTEMS INSURANCE TRUST FUND, FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO INT. INDEX FUND, SALT RIVER PIMA-MARICOPA INDIAN C, RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO, MERCER EMERGING MARKETS SHARES FUND, BAKER HUGHES INC. MASTER TRUST, ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF, MICROSOFT CORPORATION SAVINGS PLUS 401(K) PLAN, NORTHERN TRUST COMMON ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MAR, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, STICHTING PENSIOENFONDS HOOGOVENS, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND, HOSKING PARTNERS GLOBAL EQUITY TRUST, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS FUND, ARGA EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, A SERIES OF A, ADRIANO REZENDE BARBOSA, AIKYA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, LEBLON ITAU PREV FIFE FIA, HOSKING GLOBAL FUND PLC, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, HOSKING PARTNERS EQUITY FUND LLC, FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST, AIKYA EMERGING MARKETS LP, ATAU LFO LLC, CITITRUST LIMITED AS T OF A F S A MODERATE GROWTH FUND, AUSTRALIAN RETIREMENT TRUST, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: MHTB CONTRARIAN VA, ELIANE MARIA SOUSA LINS CHAVES, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FMR CAPITAL INC., FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, GOVERNMENT EMPLOYEES PENSION FUND, GOVERNMENT INSTITUTIONS PENSION FUND, HPE COMMON CONTRACTUAL FUND, HSBC ETFS PLC H MSCI E M S C ESG U ETF BC BNP PARIBAS BR SA, INTEL RETIREMENT PLANS COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, INTERNATIONAL EQUITIES B UNIT TRUST, INVESCO RAFI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, KBC ECO FUND, KENTUCKY RETIREMENT SYSTEMS, LEBLON ACOES I MASTER FIA, LEBLON ACOES II MASTER FIA, LEBLON EQUITIES INSTITUCIONAL I FUNDO DE

INVESTIMENTO DE ACO, LEBLON ICATU PREVIDENCIA FIM, LEBLON PREV FIM FIFE, LEBLON 70 BRASILPREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FIFE, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL & GENERAL ICAV, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LGPS CENTRAL GLOBAL MULTI FACTOR EQUITY INDEX FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MARCIO CORDEIRO, MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS FUND, MGI FUNDS PLC, MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2, MULTI STYLE MULTI MANAGER FUNDS PLC, NEW SHIPS, INC. PENSION MASTER TRUST, NORGES BANK, NORTHERN LIGHTS FUND TRUST IV - MOERUS WORLDWIDE VALUE FUND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND, PACIFIC SELECT FUND, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND, PATRICK BRENNER ALVES DA SILVA, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF COLORADO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, PZENA EMERGING MARKETS VALUE FUND (AUSTRALIA), PZENA EMERGING MARKETS VALUE FUND (USA), PZENA VALUE FUNDS PLC, RAONI DE ALENCAR CECCIM, REASSURE LIMITED, RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERI, RICARDO JOSE DA SILVA CAMPILONGO, RICARDO LACERDA CAIADO, ROBERTO AOKI ROMERO, ROGERIO DE ARAUJO TEIXEIRA, RUSSEL EMERGING MARKETS EQUITY POOL, RUSSEL OVERSEAS EQUITY POOL, RUSSELL INSTITUTIONAL FDS, LLC - RI EQUITY FD, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC-RUSSELL GLOBAL EQUITY P F, RUSSELL INVESTMENT COMPANY - RUSSELL I D MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY GLOBAL EQUITY FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL, RUSSELL INVESTMENTS CANADIAN DIVIDEND POOL, RUSSELL INVESTMENTS INTERNATIONAL SHARES FUND, RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S., RUSSELL TRUST COMPANY COMMINGLED EMPLOYEE BENEFIT FUNDS T, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SEI SELECT EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SPP EMERGING MARKETS PLUS, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE TREASURER OF MICH CUSTODIAN OF PUBLIC S EMPL RTMNT S, STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS VOOR DE DETAILHANDEL, STICHTING DEPOSITARY APG EME MULTI CLIENT POOL, STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL, STOREBRAND SICAV, SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF S AUSTRALIA, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM, THE BAILLIE GIFFORD GROUP TRUST, THE BOARD OF A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA, THE HARTFORD INTERNATIONAL VALUE FUND, THE NEW ZEALAND GUARDIAN TRUST COMPANY LIMITED IN ITS CAPAC, THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, THRIFT SAVINGS PLAN,

TRANSAMERICA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES, TRINITY HEALTH CORPORATION, UI BVK KAPITALVERWALTUN. MBH ON BEHALF OF BAYVK A2-FONDS, USAA INTERNATIONAL FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD GLOBAL CAPITAL CYCLES FUND, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL, 1832 AM EMERGING MARKETS EQUITY POOL, STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN, BB TOP MM BALANCEADO FI LP, BB ETF IBOVESPA FUNDO DE INDICE, BB CAP ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO, BB ECO GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BB ACOES GOVERNANCA FI, BB TOP ACOES IBOVESPA INDEXADO FI, BB TOP ACOES SETORIAL CONSUMO FI, BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MM CREDITO PRIVADO, FLAVIO ANDRE LOPES DE ANDRADE, RUSSEL INVESTMENT FUNDS NON.US. FUND, BB TOP ACOES SMALL CAPS FDO DE INVESTIMENTO, BB PREVIDENCIA ACOES IBRX FUNDO DE INVESTIMENTO, BB TOP ACOES ASG BRASIL FIA, BB TOP ACOES EXPORTACAO FIA, BB ETF NDICE DIVERSIDADE B3 INVESTIMENTO SUSTENTVEL FUNDO DE, BRASILPREV TOP A FUNDO DE INV DE ACOES, BRASILPREV TOP ASG BRASIL FIA, BB ETF INDICE BOVESPA B3 BR+ FUNDO DE INDICE RESP LTDA, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, BB TOP ACOES INDICE DE SUST EMP FI EM ACOES, GIL KLEVES ARAUJO SOARES, ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, GIBSON BATISTA GOMES, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS GROWTH FUND, ACTIVE M INTERNATIONAL EQUITY FUND, PZENA INVESTMENT MANAGEMENT, LLC, GUILHERME PEIRÃO LEAL, ADRIANA RAUCI SEABRA, GUSTAVO DALLA COLLETTA DE MATTOS, FELIPE PEDROSO LEAL, FÁBIO DALLA COLLETTA DE MATTOS, GUILHERME RUGGIERO PASSOS, ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, Anima Investimentos Ltda., AILTOM FERREIRA SERRANO, APPLE 401(K) PLAN, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND, BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, BROWN ADVISORY - SOMERSET EMERGING MARKETS FUND, CASSIO PORCEL DE SOUZA, CHEVRON UK PENSION PLAN, CHUBB CORPORATION MASTER RETIREMENT TRUST, CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD, CITITRUST LTD A T VANGUARD FDS SERIES VANGUARD INCOME FUND, DFC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, GIULIANO CAMARINI DE OLIVEIRA, FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES VEREDAS - INVESTIMENTO NO EXTERIOR, GREEN EFFECTS INVESTMENT PLC1, HSBC INDEX TRACKER INVEST. FUNDS FTSE ALL WORLD INDEX FUND, IPROFILE INTERNATIONAL EQUITY PRIVATE POOL, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, JEZREEL

SOUTO BARBOSA, JUPITER GLOBAL VALUE EQUITY FUND, LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB, LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LUIS HENRIQUE RAUCCI SEABRA, LÚCIA HELENA RIOS SEABRA, MAURICIO HIROSHI MIYAKE, MDPIM EMERGING MARKETS EQUITY POOL, MINeworkers PENSION SCHEME, MORGAN STANLEY INVEST FDS CALVERT SUST EMER MKTS EQ SEL FD, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS TRUSTEE O, MATHEUS FARAH LEAL, OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND, PHOENIX U T M L R P A S INDEX EMERGING MARKET EQUITY FUND, PINNACLE ICAV - AIKYA GLOBAL EMERGING FUND- UCITS, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS, RUSSEL INVESTMENTS GLOBAL EQUITY POOL, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - REM EQUITY PLUS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGOING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF, SEI GLOBAL MASTER FUND PLC, THE SEI EMERGING MKT EQUITY FUND, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STOREBRAND EMERGING MARKETS, STOREBRAND GLOBAL ALL COUNTRIES, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE INCUBATION FUND, LTD., THE JUPITER GLOBAL FUND - JUPITER GLOBAL VALUE, THRIFT SAVINGS PLAN, TSW EMERGING MARKETS FUND, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VENERABLE WORLD EQUITY FUND, VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS ALLE MARKEDER, VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS NYE MARKEDER, VERIZON MASTER SAVINGS TRUST, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, WILLIS TOWERS WATSON AUSTRALIA - GLOBAL EQUITY FOC, WILMINGTON MULTI-MANAGER ALTERNATIVES FUND, WINSTON JENNING CHEN, WTW GLOBAL EQUITY FOCUS FUND, LLC, VINICIUS PINOTTI, ESTELA RIOS SEABRA, KAIRÓS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, PATRÍCIA RUGGIERO PASSOS, RICARDO PEDROSO LEAL, MARIA HELI DALLA COLLETTA DE MATTOS, LUIS FERNANDO RAUCCI SEABRA, FABRICIUS PINOTTI, THOMAS FARAH DE GODOY, RM FUTURA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO CRÉDITO PRIVADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA, GUSTAVO FARAH OLIVA, SIRIUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES – RESPONSABILIDADE LIMITADA, VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD GLOBAL EMERGING M F, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, WANDERLEY CORREIA JUNIOR, WELLINGTON TRUST COMPANY N.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

Acionistas presentes:

LUIZ DANIEL RODRIGUES HAJ MUSSI, MILTON AUGUSTO PAOLIELLO PEREIRA

Representados por Felipe Douglas Gomes:

FIDELITY COMMON CONTRACTUAL FUND II/FIDELITY GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND, AMUNDI FUNDS, BRIDGE UCITS FUNDS ICAV - HOSKING GLOBAL EQUITY FUND, MEDIOLANUM BEST BRANDS - MEDIOLANUM MULTI ASSET ESG SELECTION

Participantes que votaram por meio de voto a distância:

ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, DYNAMO BRASIL XV LP, DYNAMO COUGAR MASTER FIA, DYNAMO BRASIL I LLC, DYNAMO BRASIL V LLC, DYNAMO BRASIL VI LLC, DYNAMO BRASIL VIII LLC, DYNAMO BRASIL IX LLC, Hossegor Fundo de Investimento em Ações - Responsabilidade Limitada, Paulo Arthur Adoglio Benratt, DYNAMO BRASIL III LLC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, BAILLIE GIFFORD WORLDWIDE F PLC/BAILLIE G W E M L COMP FUND, BAILLIE GIFFORD COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, ARGA EMERGING MARKETS ISLAMIC FUND, LP, EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR, NTCC COLLECTIVE FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS, FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST, PZENA EMERGING MARKETS FOCUSED VALUE FUND, PFM MULTI-MANAGER SERIES TRUST - PFM MULTI-MANAGER, ALASKA PERMANENT FUND, AMERICAN AIRLINES INC., MASTER FIXED BENEFIT PENSION TRUST, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, INTERNATIONAL MONETARY FUND, FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO AGUIAR, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM, IBM 401 (K) PLUS PLAN, HENRIQUE MARCELO DE SOUSA TEODORO, HARTFORD INTERNATIONAL CAPITAL APPRECIATION FUND, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS EQUITIES FUND, ALEXANDRE PAULA SILVA, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS LEADING COMPANIES FUND, COLONIAL FIRST STATE EMERGING MARKETS FUND 5, DWS EMERGING MARKETS EQUITY FUND AS SERIES OF DEUTSCHE DWS, EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, DUKE POWER CO EMPLOYEE RETIREMENT PLAN, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, BORDER TO COAST EMERGING MARKETS EQUITY ALPHA FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNA, FABIO D OLIVEIRA CASTANHAS, CITY OF BALTIMORE EM RETIREMENT SYSTEM, FABIO PEREIRA VIEIRA, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND, VENERABLE EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND, MACIEL SOARES DA SILVA, MOERUS GLOBAL VALUE FUND MASTER (CAYMAN) LTD, MERCER QIF FUND PLC, LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD ESG EMERGING MARKETS, HOSTPLUS POOLED SUPERANNUATION TRUST, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND, KENTUCKY RETIREMENT SYSTEMS INSURANCE TRUST FUND, FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO INT. INDEX FUND, SALT RIVER PIMA-MARICOPA INDIAN C, RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO, MERCER

EMERGING MARKETS SHARES FUND, BAKER HUGHES INC. MASTER TRUST, ASSET MANAGEMENT EXCHANGE UCITS CCF, MICROSOFT CORPORATION SAVINGS PLUS 401(K) PLAN, NORTHERN TRUST COMMON ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MAR, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, SEI INST INT TRUST EM MKTS EQUITY FUND, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, STICHTING PENSIOENFONDS HOOGOVENS, BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND, HOSKING PARTNERS GLOBAL EQUITY TRUST, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS FUND, ARGA EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, A SERIES OF A, ADRIANO REZENDE BARBOSA, AIKYA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND, BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, LEBLON ITAU PREV FIFE FIA, HOSKING GLOBAL FUND PLC, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, HOSKING PARTNERS EQUITY FUND LLC, FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST, AIKYA EMERGING MARKETS LP, ATAU LFO LLC, CITITRUST LIMITED AS T OF A F S A MODERATE GROWTH FUND, AUSTRALIAN RETIREMENT TRUST, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, CUSTODY BANK OF JAPAN, LTD. RE: MHTB CONTRARIAN VA, ELIANE MARIA SOUSA LINS CHAVES, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, FMR CAPITAL INC., FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, GOVERNMENT EMPLOYEES PENSION FUND, GOVERNMENT INSTITUTIONS PENSION FUND, HPE COMMON CONTRACTUAL FUND, HSBC ETFS PLC H MSCI E M S C ESG U ETF BC BNP PARIBAS BR SA, INTEL RETIREMENT PLANS COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, INTERNATIONAL EQUITIES B UNIT TRUST, INVESCO RAFI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, KBC ECO FUND, KENTUCKY RETIREMENT SYSTEMS, LEBLON ACOES I MASTER FIA, LEBLON ACOES II MASTER FIA, LEBLON EQUITIES INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACO, LEBLON ICATU PREVIDENCIA FIM, LEBLON PREV FIM FIFE, LEBLON 70 BRASILPREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FIFE, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, LEGAL & GENERAL ICAV, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, LGPS CENTRAL GLOBAL MULTI FACTOR EQUITY INDEX FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RET ASSOCIATION, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, MARCIO CORDEIRO, MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND, MERCER EMERGING MARKETS FUND, MGI FUNDS PLC, MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2, MULTI STYLE MULTI MANAGER FUNDS PLC, NEW SHIPS, INC. PENSION MASTER TRUST, NORGES BANK, NORTHERN LIGHTS FUND TRUST IV - MOERUS WORLDWIDE VALUE FUND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES

FUND, PACIFIC SELECT FUND, PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND, PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND, PATRICK BRENNER ALVES DA SILVA, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF COLORADO, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, PZENA EMERGING MARKETS VALUE FUND (AUSTRALIA), PZENA EMERGING MARKETS VALUE FUND (USA), PZENA VALUE FUNDS PLC, RAONI DE ALENCAR CECCIM, REASSURE LIMITED, RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERI, RICARDO JOSE DA SILVA CAMPILONGO, RICARDO LACERDA CAIADO, ROBERTO AOKI ROMERO, ROGERIO DE ARAUJO TEIXEIRA, RUSSEL EMERGING MARKETS EQUITY POOL, RUSSEL OVERSEAS EQUITY POOL, RUSSELL INSTITUTIONAL FDS, LLC - RI EQUITY FD, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC-RUSSELL GLOBAL EQUITY P F, RUSSELL INVESTMENT COMPANY - RUSSELL I D MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY GLOBAL EQUITY FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL, RUSSELL INVESTMENTS CANADIAN DIVIDEND POOL, RUSSELL INVESTMENTS INTERNATIONAL SHARES FUND, RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S., RUSSELL TRUST COMPANY COMMINGLED EMPLOYEE BENEFIT FUNDS T, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SEI SELECT EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP, SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SPP EMERGING MARKETS PLUS, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE TREASURER OF MICH CUSTODIAN OF PUBLIC S EMPL RTMNT S, STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS VOOR DE DETAILHANDEL, STICHTING DEPOSITARY APG EME MULTI CLIENT POOL, STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL, STOREBRAND SICAV, SUPERANNUATION FUNDS MANAGEMENT CORPORATION OF S AUSTRALIA, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM, THE BAILLIE GIFFORD GROUP TRUST, THE BOARD OF A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA, THE HARTFORD INTERNATIONAL VALUE FUND, THE NEW ZEALAND GUARDIAN TRUST COMPANY LIMITED IN ITS CAPAC, THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, THRIFT SAVINGS PLAN, TRANSAMERICA EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES, TRINITY HEALTH CORPORATION, UI BVK KAPITALVERWALTUN. MBH ON BEHALF OF BAYVK A2-FONDS, USAA INTERNATIONAL FUND, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD GLOBAL CAPITAL CYCLES FUND, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL, 1832 AM EMERGING MARKETS EQUITY POOL, ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, INVESCO

INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAG, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, GIBSON BATISTA GOMES, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS GROWTH FUND, ACTIVE M INTERNATIONAL EQUITY FUND, PZENA INVESTMENT MANAGEMENT, LLC, GUILHERME PEIRÃO LEAL, ADRIANA RAUCI SEABRA, GUSTAVO DALLA COLLETTA DE MATTOS, FELIPE PEDROSO LEAL, FÁBIO DALLA COLLETTA DE MATTOS, GUILHERME RUGGIERO PASSOS, ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, Anima Investimentos Ltda., AILTOM FERREIRA SERRANO, APPLE 401(K) PLAN, BAILLIE GIFFORD EMERGING MARKETS EX CHINA FUND, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND, BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, BROWN ADVISORY - SOMERSET EMERGING MARKETS FUND, CASSIO PORCEL DE SOUZA, CHEVRON UK PENSION PLAN, CHUBB CORPORATION MASTER RETIREMENT TRUST, CITITRUST LIM AS TR OF BLACK PREMIER FDS- ISH WOR EQU IND FD, CITITRUST LTD A T VANGUARD FDS SERIES VANGUARD INCOME FUND, DFC EMERGING MARKETS EQUITY FUND, EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, GIULIANO CAMARINI DE OLIVEIRA, FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES VEREDAS - INVESTIMENTO NO EXTERIOR, GREEN EFFECTS INVESTMENT PLC1, HSBC INDEX TRACKER INVEST. FUNDS FTSE ALL WORLD INDEX FUND, IPROFILE INTERNATIONAL EQUITY PRIVATE POOL, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, JEZREEL SOUTO BARBOSA, JUPITER GLOBAL VALUE EQUITY FUND, LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB, LEGAL GENERAL SCIENTIFIC BETA EMERGING MARKETS FUND, LLC, LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND, LUIS HENRIQUE RAUCCI SEABRA, LÚCIA HELENA RIOS SEABRA, MARIANA RODRIGUES BIGHETTI GODOY, MAURICIO HIROSHI MIYAKE, MDPIM EMERGING MARKETS EQUITY POOL, MINEWORKERS PENSION SCHEME, MORGAN STANLEY INVEST FDS CALVERT SUST EMER MKTS EQ SEL FD, NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS TRUSTEE O, MATHEUS FARAH LEAL, OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND, PHOENIX U T M L R P A S INDEX EMERGING MARKET EQUITY FUND, PINNACLE ICAV - AIKYA GLOBAL EMERGING FUND- UCITS, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS, RUSSEL INVESTMENTS GLOBAL EQUITY POOL, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - REM EQUITY PLUS FUND, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY, SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF, SEI GLOBAL MASTER FUND PLC, THE SEI EMERGING MKT EQUITY FUND, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, STOREBRAND EMERGING MARKETS, STOREBRAND GLOBAL ALL COUNTRIES, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA, THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND, THE INCUBATION FUND, LTD., THE JUPITER GLOBAL FUND - JUPITER GLOBAL VALUE, THRIFT SAVINGS PLAN, TSW EMERGING MARKETS FUND, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, VANGUARD EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VENERABLE

WORLD EQUITY FUND, VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS ALLE MARKEDER, VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS NYE MARKEDER, VERIZON MASTER SAVINGS TRUST, WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD, WILLIS TOWERS WATSON AUSTRALIA - GLOBAL EQUITY FOC, WILMINGTON MULTI-MANAGER ALTERNATIVES FUND, WINSTON JENNING CHEN, WTW GLOBAL EQUITY FOCUS FUND, LLC, VINICIUS PINOTTI, ESTELA RIOS SEABRA, KAIRÓS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, PATRÍCIA RUGGIERO PASSOS, RICARDO PEDROSO LEAL, MARIA HELI DALLA COLLETTA DE MATTOS, LUIS FERNANDO RAUCCI SEABRA, FABRICIUS PINOTTI, THOMAS FARAH DE GODOY, RM FUTURA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO CRÉDITO PRIVADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA, GUSTAVO FARAH OLIVA, SIRIUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES – RESPONSABILIDADE LIMITADA, VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD GLOBAL EMERGING M F, VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM, WANDERLEY CORREIA JUNIOR, WELLINGTON TRUST COMPANY N.A.